

Em 68, Senado reage a morte de estudante

Há exatos 50 anos, o assassinato do jovem Edson Luís, no Rio de Janeiro, gerou aumento de protestos e conflitos nas ruas, com repercussão imediata entre senadores

Ricardo Westin

HÁ MEIO SÉCULO, o Brasil entrava num período conturbado: 1968 se iniciou com a morte de um estudante, vítima de policiais no Rio, assistiu a guerras campais entre manifestantes e forças militares em várias capitais e terminou com a assinatura do AI-5, decreto que permitiu o

fechamento do Congresso e a institucionalização da tortura.

— O país começa 1968 como uma ditadura envergonhada, um governo ainda razoavelmente autoritário, e termina como uma ditadura escancarada — diz o historiador Antonio Barbosa, professor da UnB e consultor aposentado do Senado.

O golpe completava quatro

anos e o país era comandado pelo marechal Artur da Costa e Silva, o segundo presidente do regime militar.

Quase não se ouviam críticas. Os sindicatos estavam sob o controle do governo. Os grandes rivais dos militares, como Juscelino Kubitschek, João Goulart e Leonel Brizola, haviam sido cassados. Só dois partidos estavam permiti-

dos: o oposicionista MDB e a governista Arena. Nesse ambiente, os estudantes surgiram como a principal voz contestadora. Com passeatas, eles procuravam colocar a sociedade contra a ditadura.

Em termos institucionais, o Senado pouco podia fazer. Na ditadura, estava fora de cogitação aprovar leis contrárias ao interesse dos generais.

No entanto, um reduzido grupo de senadores assumiu a corajosa missão de reagir, usando a tribuna como arma.

Documentos do Arquivo do Senado mostram que Mário Martins (MDB-Guanabara) e Arthur Virgílio (MDB-AM) estiveram entre os senadores que se recusaram a dizer “sim, senhor” e apoiaram o movimento estudantil em 1968.

Episódio no Calabouço, no Rio, inflama manifestações de rua

O Calabouço era um bandejão perto do Aeroporto Santos Dumont, no Rio, onde se alimentavam universitários e secundaristas. Embora a refeição custasse centavos, o lugar não agradava. Com frequência, havia protestos contra o galpão, caquético, e contra a comida, intragável.

Em 28 de março de 1968, um grupo discutia os preparativos de mais um ato contra as condições do Calabouço quando policiais invadiram o local para abortar o protesto.

Os jovens reagiram com paus, pedras e bandejas. Na batalha, um estudante perdeu a vida na hora, com um tiro à queima-roupa no coração — Edson Luís de Lima Souto, de 18 anos, que deixara Belém para cursar o supletivo no Rio.

Era o primeiro “morto público” da ditadura. A repercussão no Senado foi imediata.

— Em vez do diálogo, o governo manda a polícia e as Forças Armadas contra os estudantes. É uma saída que não desejamos, pois vai levar a um morticínio — afirmou Mário Martins (MDB-Guanabara). — É incrível que os homens de juízo hoje são os moços, e não os velhos do governo, que, aliás, não têm procuração para administrar o país.

Arthur Virgílio (MDB-AM) bateu na mesma tecla da prepotência do governo militar:

— Edson Luís morreu com 18 anos, a idade do meu filho

mais novo. Busquemos o entendimento. Nós da oposição estamos dispostos a isso. Eu não gostaria de voltar a esta tribuna para, esmagado pela tristeza, lamentar outros Edson Luís tombados nas ruas pela falta de diálogo.

O Calabouço não era um mero bandejão. Logo no dia em que os militares assumiram o poder, em 1964, os militares incendiaram a sede da União Nacional dos Estudantes (UNE), no Flamengo. A entidade foi fechada e o movimento estudantil ganhou uma mordada. A partir daí, o Calabouço virou um abrigo informal dos jovens que queriam discutir livremente os rumos do ensino público e da política.

Desforra

Governista, Daniel Krieger (Arena-RS) apoiou a decisão da ditadura de fechar o restaurante após a morte de Edson Luís e citou o comunismo:

— O Calabouço é foco de subversão. Há estudantes profissionais a serviço de ideologias condenadas, e isso temos de afastar da mocidade.

Depois de morto, Edson Luís protagonizou uma epopeia. Temendo que a polícia sumisse com o cadáver, os estudantes o carregaram até a Assembleia Legislativa (atual Câmara Municipal), na Cinelândia, e o expuseram num salão. Milhares de cariocas



Policiais atacam pessoas na saída da missa em homenagem a Edson Luís

se enfileiraram para velá-lo. Horas mais tarde, o corpo foi levado em cortejo até o Cemitério São João Batista, em Botafogo. A população erguia cartazes com frases como “Mataram um estudante. Ele podia ser seu filho”.

A ditadura não engoliu a mobilização popular. A desforra viria logo.

Em 4 de abril, a Igreja da Candelária, no Centro, abrigou duas missas de sétimo dia, e ambas tiveram o mesmo desfecho. Terminadas as cerimônias, os participantes foram espancados por policiais que os aguardavam do lado de fora, montados em cavalos e com sabres na mão.

Mesmo sendo governista, Teotônio Vilela (Arena-AL) se disse chocado:

— Protesto contra as atrocidades e o faço como senador, jornalista, cidadão e pai de sete estudantes. Vi meu filho mais moço, de 5 anos, indo para o colégio com a pasta de baixo do braço e pensei: “Não sei se ele voltará. A cavalaria pode estar lá na esquina para esbordoá-lo e rebentá-lo pela coragem de ir à escola”.

Em junho, o Rio assistiria a três dias seguidos de guerra campal. No dia 19, estudantes tentaram se reunir com o ministro da Educação, na sede do MEC, no Centro, mas foram barrados pela polícia.

No dia 20, jovens seriam caçados nas ruas de Botafogo após forçar o reitor da UFRJ a ouvir suas reivindicações.

No dia 21, os estudantes ganhariam o apoio da po-



Senador Mário Martins: “Militares esmagam povo para ficar no poder”

pulação numa guerra contra policiais e militares que duraria o dia inteiro no centro da cidade, deixando 28 mortos.

— Os governos tirânicos, que não foram gerados nas urnas, mas no golpe, esmagam o povo para se manter no poder — protestou o senador Mário Martins.

Marcha dos 100 Mil

Arthur Virgílio perguntou, em discurso, como os jovens e os militares entrariam na história. Ele mesmo respondeu: — Os primeiros serão os mártires. Os segundos entrarão na história com o estigma de ignóbeis. Serão miniaturas de Hitler, Mussolini e Stálin, homens que, tanto tempo depois de banidos da Terra, ainda são citados com nojo.

Fartos de violência, os cariocas seguiriam os estudantes na célebre Passeata dos 100 Mil, em 26 de junho. Anônimos e famosos marcharam da Cinelândia à Candelária dizendo em gritos e cartazes que a ditadura deveria cair.

O governo não se comoveu.

Em Goiás, senador assiste a guerra e enfrenta baioneta

Com a voz trêmula, o senador João Abrahão (MDB-GO) subiu à tribuna em 2 de abril de 1968 para narrar a guerra que testemunhara em Goiânia. Na véspera, uma tropa investira contra um ato de estudantes, deixando dois mortos.

— Após os tiros, quando fui prestar socorro à juventude, vi uma baioneta à minha frente e ouvi: “Dê mais um passo e verá o que acontece”. Acreditei que, se declinasse a minha condição de senador da República, isso teria algum valor. Ele repetiu: “Dê mais um passo e verá o que acontece”.

Na meio da fala, Abrahão sacou algo do paletó.

— Trouxe esta bala de fuzil como recordação. São balas deste calibre que estão dizimando a nossa juventude. Na democracia em que vivemos, o governo prende qualquer cidadão, mata estudantes em praça pública e encosta baionetas na barriga de um senador.

Naquele 1º de abril, o golpe militar fazia quatro anos. Os alunos protestavam contra o governo e a morte de Edson Luís, ocorrida poucos dias antes, no Rio.

Em junho, o senador Arthur Virgílio (MDB-AM) denunciou mais violência, agora contra alunos da UnB:

— Antes das 6h, policiais invadiram os dormitórios. As moças foram retiradas do leito em trajes íntimos e assim levadas para o campus, após serem insultadas da forma mais torpe.

Virgílio, então, provocou:

— O que faria o presidente Costa e Silva se fizessem isso com uma filha sua?

Leia mais sobre 1968 no Brasil: <http://bit.ly/Brasil68>
Todas as reportagens do Arquivo S: <http://bit.ly/arquivoS>



Morto com tiro no peito, Edson Luís é velado na Assembleia Legislativa do Rio

A seção *Arquivo S*, resultado de uma parceria entre o *Jornal do Senado* e o *Arquivo do Senado*, é publicada na primeira segunda-feira do mês.